

Parques municipais na penúria

Município não investe em Meio Ambiente recursos que, por lei, pertencem ao Fundo de Conservação Ambiental

DANIELA DARIANO

Uma vez por semana, um ex-funcionário do Parque Municipal do Mendanha, em Campo Grande, pega um ônibus e caminha durante 40 minutos para ir de sua casa até a reserva, onde fica das 7h às 17h. Desempregado desde o dia 20, quando terminou o contrato da firma em que trabalhava com a Prefeitura do Rio, ele ajuda, por amor à natureza, a preservar a área, que recebe até 600 visitantes por dia. Para não deixar a reserva de Mata Atlântica abandonada, ele e outros 14 – de um total de 22 ex-funcionários – revezam-se durante a semana, dois a cada dia, mesmo sem receber salário. O exemplo revela, segundo ambientalistas, o quadro de abandono em que se encontram as reservas municipais.

Os relatórios da Coordenação de Auditoria e Desenvolvimento (CAD) do Tribunal de Contas do Município referentes à gestão do prefeito Cesar Maia concluíram que, em 2001, o município deixou de investir R\$ 14.795.224,08 (ou seja, gastou só 43,62% do que estava autorizado) em meio ambiente e, em 2002, mais R\$ 1.640.508,99 (3,76% do total disponível no Fundo de Conservação Ambiental - FCA). Os valores, sem correção, foram publicados nos diários da Câmara Municipal de 4 de julho de 2002 e 9 de julho de 2003.

Os investimentos em projetos ambientais, segundo o CAD, não chegaram nesses dois anos aos 60% – que devem, por lei, ser repassados ao FCA e aplicados em meio ambiente – dos royalties de petróleo. Segundo o CAD, ano passado a Secretaria de Meio Ambiente repassou, “com atraso e sem a devida atualização monetária”, recursos dos royalties e de multas aplicadas por infração à legislação ambiental.

– A função do fundo é manter as áreas de proteção ambiental e dos parques, mas o estão usando para outras finalidades. É só ver o abandono nos parques da Prainha e de Marapendi. O do Mendanha nem pronto está – disse o vereador Rodrigo Bethlem (PV).

O prefeito Cesar Maia nega que não aplique a verba do fundo como prevê a lei:

Grupo cuida de parque mesmo sem contrato de prestação de serviço

– A prefeitura cumpre exatamente a legislação. Os recursos não aplicados num ano são aplicados noutro, pois muitas vezes o empenho em um ano gera liquidação no outro.

O advogado ambientalista Gustavo de Paula diz, porém, que a maioria dos 34 parques do município está em estado de abandono. Alguns – como o JB confirmou no Mendanha – sequer têm telefone. Em caso de emergência, os funcionários – ou voluntários – têm que usar orelhões. O MP do Rio confirmou que, entre o fim do ano passado e o início deste ano, houve denúncias de má conservação no Parque da Cidade (Gávea).

– A visitação estava pe-

quena por causa do abandono. Não havia infra-estrutura, as pontes estavam sem reparo e havia problemas de segurança – contou o promotor Carlos Saturnino.

No Parque Chico Mendes, Recreio dos Bandeirantes, Gustavo de Paula considera irregular a utilização do espaço da reserva para a realização de festas infantis. Mas as frequentes festas de aniversário no local garantem ao parque doações de materiais e equipamentos.

O secretário municipal de Meio Ambiente, Ayrton Xerez, diz que a administração do Chico Mendes tem autorização para ceder a sede aos moradores da região para a realização de eventos. Xerez alega que as festas não ferem a lei, já que são feitas sob controle de técnicos especializados.

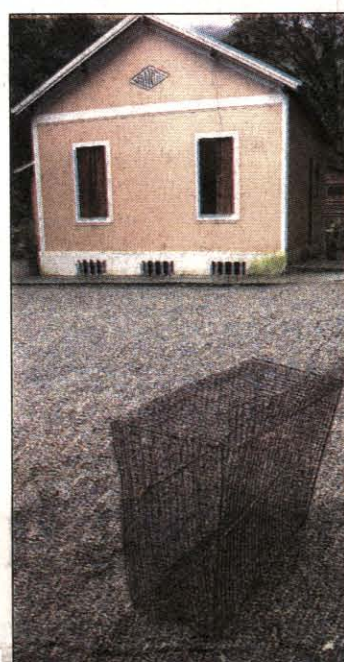
No caso do Mendanha, o secretário admite que não há, por ora, uma empresa responsável pela gestão mas garante que a licitação está em fase final e diz que, em um mês, haverá uma firma responsável. Para isso serão utilizados R\$ 1,1 milhão do FCA.

Enquanto isso, a transição é realizada por voluntários. Sem gestor, o parque não inaugurou até hoje sua Torre de Observação, toda de madeira. Dentro da mata, ela teve grande parte de seus corrimãos roubados e seu acesso está fechado ao público.

No parque, há cerca de 15 dias, o Ibama apreendeu armadilhas para animais. Segundo um ex-funcionário do Mendanha, a piscina foi esvaziada por falta de salva-vidas. Xerez desmente e diz que em época de estiagem a piscina esvazia naturalmente. O secretário só lamentou o vandalismo nos parques que, segundo ele, ocorre nas reservas municipais como em outros locais do Rio onde a segurança é atribuição do Estado.



Fotos de Luiz Morier



PISCINA vazia e a falta de um gestor são aspectos negativos no Mendanha. No Chico Mendes (à direita), festas causam polêmica

Fotografias vão virar denúncias

Muito além da “arte pela arte”, o Grupo Ação Ecológica e o Ateliê da Imagem organizaram um concurso de fotografias que estimula profissionais e amadores a monitorar o meio ambiente carioca. O Mutirão Contra a Poluição Visual, apoiado pelo Ministério Público estadual, convoca a população a sair às ruas com máquinas fotográficas para registrar transgressões à natureza do Rio. As fotos inscritas, vencedoras ou não, poderão ser usadas como denúncia. Pautado na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o concurso pretende transformar os concorrentes em defensores voluntários do meio ambiente. Participarão as fotos de engenhos publicitários “de qualquer natureza” fixados na orla marítima e na faixa de domínio



CONCURSO vai estimular fotógrafos profissionais e amadores a utilizar sua arte para denunciar desmandos nos parques e reservas

das lagoas, em áreas florestadas, locais de instalação que vedem a visão de áreas verdes, praias, lagos, rios, riachos, ilhas, praças e curvas de locais públicos que coloquem em risco a vida ou a segurança da população. Também podem participar fotos de publicidade instalada a

menos de 200m de túneis e pontes, viadutos e passarelas. As imagens deverão ser entregues pessoalmente na secretaria do Ateliê da Imagem, das 10h às 21h, de segunda a sexta-feira, ou enviadas pelos correios (Rua Urbano Santos, número 15, CEP 22290-260).



NO MEIO da mata, a torre de observação do Mendanha virou alvo de vândalos antes mesmo de ser inaugurada